

CADERNO DE PROVA

S1 | Arquiteto

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



30 de agosto



100 questões



14 às 19h



5h de duração*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

Observações

Para prestar a Prova, o candidato receberá um **caderno de prova** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de prova, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de prova não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.



Língua Portuguesa

10 questões

1. Analise o texto de Lei nº 2960 abaixo:

LEI Nº 2960

(Vide Decreto nº 5256/1995)

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

[...]

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 80 - O servidor terá direito de usufruir 30 (trinta) dias consecutivos de férias anualmente, de acordo com a escala organizada pelo superior hierárquico a que estiver subordinado e comunicado ao órgão competente.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício no cargo público o servidor adquirirá direito a férias.

§ 2º - Não terá direito a férias o servidor que, durante o período aquisitivo, permanecer em gozo de licença para tratar de interesse particular ou tiver mais de 15 (quinze) faltas injustificadas.

§ 3º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 4º - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

§ 5º - É facultado ao servidor converter dez dias do período de férias em abono pecuniário, correspondente a um terço da remuneração que lhe seria devida. (Redação acrescida pela Lei nº 3898/2003)

§ 6º - Sobre o abono pecuniário incidirá o adicional referido no § 4º deste artigo. (Redação acrescida pela Lei nº 3898/2003)

Art. 81 - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo período máximo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único. Somente serão consideradas como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o servidor deixar de gozar mediante decisão escrita da autoridade competente, exarada em processo e dentro do exercício a que correspondem.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-itajai-sc>. [adaptado].
Acesso em: 05 jun. 2026.

Assinale a alternativa **correta** com base na Lei nº 2960.

- a. ☒ O termo sublinhado gozadas no contexto jurídico-constitucional significa usufruídas, desfrutadas ou exercidas plenamente.
- b. ☐ O trecho sublinhado converter dez dias do período de férias em abono pecuniário significa que o servidor poderá requerer mais 10 dias de férias.
- c. ☐ A expressão sublinhada superior hierárquico refere-se ao chefe ou à autoridade que ocupa um cargo de igual posto dentro da estrutura de comando da instituição.
- d. ☐ O servidor terá direito de usufruir 30 (trinta) dias consecutivos de férias anualmente durante o primeiro ano de exercício no cargo público.
- e. ☐ O disposto sublinhado É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço regulamenta que as faltas serão descontadas das férias.

2. Analise o texto abaixo:

Hino

Bem-vindo à terra do sol e mar
Das praias e belas sereias
Da brisa suave e fagueira
Que envolvem as brancas areias.

Bem-vindo à terra feliz
Dos sonhos e lindas canções
dos rios e das ruas floridas
Que encantam os seus corações.

Povo hospitaleiro, amigo sincero e leal
Jamais em todo o Brasil
Você terá visto outro igual.

Deste imenso País
Do Oiapoque ao Chuí
Conheça uma alegre cidade
Visite nossa ITAJAÍ.

Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/a/12>. Acesso em: 05 jun. 2026.

Assinale a alternativa **correta** com base no texto e na norma padrão da Língua Portuguesa.

- ☐ As palavras “País”, “Chuí” e “Itajaí” são acentuados por regras de acentuação gráfica distintas.
- ☒ As duas ocorrências de crase são decorrentes de o termo “Bem-vindo” exigir complemento e a palavra “terra” estar determinada.
- ☐ O adjetivo “fagueira” pode ser substituído por “faceira” sem alteração de sentido.
- ☐ O termo “Bem-vindo” é formado por aglutinação em que o advérbio “bem” se une ao adjetivo “vindo” para formar uma nova palavra que possui um significado único.
- ☐ Em “Visite nossa Itajaí”, o verbo é transitivo indireto e o complemento, objeto indireto.

3. Analise a imagem abaixo:



Disponível em: <https://www.facebook.com/zepensanu/>. Acesso em: 05 jun. 2026.

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F) com base na imagem.

- ☐ A mensagem principal é transmitida por meio de linguagem não verbal.
- ☐ O texto apresenta uma contradição que atua na quebra da lógica textual.
- ☐ O adjetivo “presos” refere-se ao substantivo “telefones” em sentido denotativo.
- ☐ O período é formado por duas orações, uma subordinada e outra principal.
- ☐ As formas verbais “eram” e “éramos” são conjugações do verbo “ser” no pretérito imperfeito do indicativo, 1ª e 3ª pessoa do plural, respectivamente.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- ☐ V • V • V • V • F
- ☐ V • F • F • V • V
- ☐ F • V • F • F • F
- ☒ F • F • V • V • V
- ☐ F • F • V • F • V

4. Numere a ordem dos parágrafos, de modo que a sequência assegure a progressão textual entre eles.

- () Preservar o meio ambiente, desse modo, não é apenas uma tarefa dos governos e das organizações internacionais. Cada indivíduo tem um papel fundamental a desempenhar nessa missão. A conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente é o primeiro passo. Pequenas ações diárias podem fazer a diferença e contribuir para um futuro mais verde e saudável.
- () Uma das ações mais eficazes de preservar o meio ambiente é reduzir o consumo excessivo e adotar um estilo de vida mais sustentável. Isso significa optar por produtos e serviços que tenham menor impacto ambiental, como fontes de energia renovável, transporte público, produtos reciclados e orgânicos. Além disso, é fundamental adotar práticas de reciclagem, reutilização e compostagem, minimizando assim o desperdício e a quantidade de resíduos que vão parar em aterros sanitários.
- () A preservação do meio ambiente é uma questão urgente e essencial para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações. Nosso planeta enfrenta desafios ambientais cada vez mais sérios, como o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a poluição do ar e da água, entre outros. É responsabilidade de todos nós adotar medidas concretas para minimizar esses problemas e proteger os recursos naturais que sustentam a vida.

Disponível em: <https://cestosdelixoelixeiras.com.br/blog-lixo/preservacao-do-meio-ambiente> [Adaptado]. Acesso em: 05 jun. 2026.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ 1 • 3 • 2
- b. ☐ 2 • 1 • 3
- c. ☒ 2 • 3 • 1
- d. ☐ 3 • 1 • 2
- e. ☐ 3 • 2 • 1

5. Analise a imagem abaixo:



Disponível em: <https://tirasdidaticas.wordpress.com/2019/12/09/auto-e-alto/> [adaptado]. Acesso em: 05 jun. 2026.

Assinale a alternativa que apresenta a grafia **correta** das palavras ou das expressões correspondentes aos quadrinhos em branco na sequência do diálogo.

- a. ☐ altofalante • altos da literatura • auto • auto-limpante
- b. ☐ autofalante • autos-da-literatura • alto • auto limpante
- c. ☐ alto-falante • altos da literatura • alto • auto-limpante
- d. ☒ alto-falante • autos da literatura • alto • autolimpante
- e. ☐ auto-falante • autos-da-literatura • auto • altolimpante

6. Na linguagem escrita, o paralelismo consiste em apresentar ideias similares numa forma gramatical idêntica. Incorre-se em erro ao conferir forma não paralela a elementos paralelos.

Com base no exposto, assinale a alternativa que indica o uso **correto** do paralelismo.

- a. ☐ O Prefeito visitou São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e o Presidente da República.
- b. ☐ O Plano de Governo Municipal apresentado tem mais de duzentas páginas e muita viabilidade.
- c. ☐ A Comissão de Sindicância não só tem obrigação de apurar os desvios orçamentários como também a de punir os responsáveis.
- d. ☐ O recém-empossado Procurador do município é jurista reconhecido, e que tem ampla formação na área do direito.
- e. ☒ Pelo ofício circular, recomendou-se às Secretarias Municipais economizar energia e elaborar planos para redução de despesas.

7. Analise o texto abaixo:

..... comunicar que a partir da data do envio e-mail a valer as regras para solicitação de material de expediente. normas visam reduzir desperdícios de insumo em setores e estão alinhadas ao Plano de Sustentabilidade da Instituição., também, encaminhamos as Diretrizes e Metas da atual gestão.

Assinale a alternativa que completa **correta** e sequencialmente as lacunas do texto.

- a. ☐ Vimos • deste • passam • anexas • Estas • bastante • muito • Em anexo
- b. ☒ Vimos • deste • passam • anexas • Essas • bastantes • muito • Em anexo
- c. ☐ Vimos • desse • passa • anexa • Essas • bastantes • muitas • Em anexo
- d. ☐ Viemos • desse • passam • anexas • Essas • bastantes • muito • Anexo
- e. ☐ Viemos • deste • passa • anexa • Estas • bastante • muitas • Anexo

8. A Redação Oficial é caracterizada pela objetividade, impessoalidade, linguagem padrão culta, formalidade, padronização, clareza e concisão.

Analise o trecho abaixo:

Venho por meio deste informar que a egrégia Prefeitura Municipal de Cidadópolis está destinando recursos do orçamento anual da Lei Orçamentária Anual com a intenção de destinar esses recursos para ações que possam prevenir calamidades públicas que causam tanto sofrimento aos cidadãos.

Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho descrito atenda **corretamente** a esses aspectos.

- a. ☐ A Prefeitura Municipal de Cidadópolis destina recursos para prevenção de calamidades.
- b. ☐ Cumpre-me informar que a egrégia Prefeitura Municipal de Cidadópolis por ora destina recursos da Lei Orçamentária Anual para ações que previam calamidades públicas.
- c. ☐ Informamos que a egrégia Prefeitura destina recursos do orçamento da Lei Orçamentária Anual para ações que possam prevenir calamidades públicas aos cidadãos.
- d. ☒ Informa-se que Prefeitura Municipal de Cidadópolis destina recursos da Lei Orçamentária Anual para ações de prevenção de calamidades públicas.
- e. ☐ Informo que Prefeitura Municipal de Cidadópolis destina recursos do orçamento da Lei Orçamentária Anual para ações de prevenção de calamidades públicas que causam tanto sofrimento aos cidadãos.

9. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o documento que assevera informação que consta de assentamentos públicos. Expedido por autoridade competente, a requerimento do interessado, solicitado ou requerido 'ex officio' por autoridade administrativa ou judicial e destinado a fazer certa a existência de registro em livro, processo ou documento qualquer em poder do expedidor, referente a determinado ato ou fato, ou a dar por certa a existência de tal registro. Pode ser apresentado em forma de cópia de um escrito original, feita por quem é de direito, ou em forma de reconto, através do qual é confirmado o que está escrito nesse original.

- a. ☐ Ata
- b. ☒ Certidão
- c. ☐ Requerimento
- d. ☐ Atestado
- e. ☐ Portaria

10. Veja a imagem abaixo:



Analise as afirmativas abaixo com base na imagem.

1. O enunciado apresenta ambiguidade.
2. O texto apresenta erro de concordância nominal, uma vez que “entrada” é um substantivo feminino acompanhado do artigo feminino “a” e exige a concordância com o adjetivo “proibida”.
3. O termo “proibido” é invariável porque está subentendido “É proibido”.
4. O adjetivo “estranhas” concorda em gênero, número e grau com o substantivo “pessoas”.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

História e Geografia do Município 8 questões

11. A formação histórica de Itajaí, no período colonial, relaciona-se à ocupação do litoral catarinense por grupos de origem portuguesa.

Assinale a alternativa que identifica **corretamente** o grupo associado às primeiras formas estáveis de povoamento na região da foz do rio Itajaí-Açu.

- a. ☐ Tropeiros paulistas, responsáveis pela implantação do primeiro porto colonial catarinense na desembocadura do rio Itajaí-Açu.
- b. ☐ Imigrantes eslavos, atraídos pela mineração aurífera no litoral de Santa Catarina durante o século XVIII.
- c. ☒ Açorianos, oriundos das ilhas portuguesas do Atlântico, que participaram da ocupação litorânea catarinense a partir do século XVIII.
- d. ☐ Imigrantes alemães, vindos principalmente de Hamburgo, que fundaram o primeiro núcleo urbano da foz do rio Itajaí-Açu no período colonial.
- e. ☐ Colonos italianos do Vêneto, que se estabeleceram no Vale do Itajaí ainda no século XVII e deram origem ao povoamento inicial do município.

12. Considerando a localização territorial de Itajaí no litoral norte de Santa Catarina, assinale a alternativa que apresenta **corretamente** seus limites municipais.

- a. ☐ Limita-se ao norte com Penha; ao sul com Itapema; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com Blumenau.
- b. ☐ Limita-se ao norte com Barra Velha; ao sul com Porto Belo; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com Indaial.
- c. ☐ Limita-se ao norte com São Francisco do Sul; ao sul com Bombinhas; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com Brusque.
- d. ☐ Limita-se ao norte com Balneário Piçarras; ao sul com Camboriú; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com Rio do Sul.
- e. ☒ Limita-se ao norte com Navegantes; ao sul com Balneário Camboriú e Camboriú; a leste com o Oceano Atlântico; e a oeste com Ilhota e Gaspar.

13. O complexo portuário de Itajaí tem papel expressivo na dinâmica econômica do município e no comércio exterior brasileiro.

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** uma característica marcante dessa atividade portuária.

- a. ☒ Destaca-se pela movimentação de cargas containerizadas e pela exportação de produtos frigorificados, especialmente carnes congeladas.
- b. ☐ Concentra sua operação principal na exportação de minério de ferro e carvão mineral em grandes volumes de graneis sólidos.
- c. ☐ Tem como especialização predominante o embarque de petróleo bruto e derivados por meio de terminais marítimos *offshore*.
- d. ☐ Atua principalmente como terminal fluvial de passageiros, com ligação regular entre cidades do Vale do Itajaí.
- e. ☐ Caracteriza-se como porto dedicado à movimentação de grãos a granel, com predominância absoluta da soja sobre as demais cargas.

14. Itajaí é nacionalmente reconhecida por sua relação com a atividade pesqueira industrial e com a cadeia produtiva do pescado.

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** esse reconhecimento e sua justificativa geral.

- a. ☐ É reconhecida como Capital da Pesca Artesanal, por manter exclusivamente técnicas tradicionais açorianas como base da produção local.
- b. ☐ É reconhecida como Capital Catarinense do Camarão, por liderar a carcinicultura em cativo no litoral sul-brasileiro.
- c. ☐ É reconhecida como Capital Nacional dos Recursos Hídricos, por sediar o principal órgão federal de gestão das águas costeiras do país.
- d. ☒ É reconhecida como Capital Nacional da Pesca, em razão da relevância de sua frota, de sua estrutura industrial e da participação do município na cadeia produtiva nacional do pescado.
- e. ☐ É reconhecida como Capital Nacional da Aquicultura, por concentrar a maior produção brasileira de peixes cultivados em viveiros continentais.

15. No âmbito da organização político-administrativa municipal, a estrutura dos poderes locais observa a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município.

Assinale a alternativa **correta** em relação ao tema.

- a. ☐ O município possui Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário próprios, todos eleitos diretamente pela população local.
- b. ☐ O Poder Legislativo municipal é exercido pelo Governo do Estado, cabendo à Câmara Municipal apenas funções consultivas.
- c. ☐ O Tribunal de Contas Municipal constitui o terceiro poder local, ao lado da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.
- d. ☐ O Ministério Público Municipal integra o Poder Executivo local e substitui a Câmara de Vereadores nas funções de fiscalização.
- e. ☒ O Poder Executivo municipal é exercido pelo Prefeito, e o Poder Legislativo, pela Câmara Municipal de Vereadores, não havendo Poder Judiciário próprio do município.

16. A economia de Itajaí apresenta forte relação com atividades logísticas, portuárias, pesqueiras e de comércio exterior.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa **correta** sobre a posição econômica do município em Santa Catarina.

- a. ☐ Itajaí possui sua economia baseada majoritariamente na mineração de carvão, atividade que a coloca como principal polo carbonífero catarinense.
- b. ☐ Itajaí lidera a produção têxtil estadual, superando os municípios tradicionalmente associados ao setor no Vale do Itajaí.
- c. ☒ Itajaí figura entre os maiores Produtos Internos Brutos municipais de Santa Catarina, com destaque para os efeitos econômicos do porto, da logística, da pesca e do comércio exterior.
- d. ☐ Itajaí apresenta como principal base econômica a agropecuária extensiva de grãos, responsável pela maior parte de seu PIB municipal.
- e. ☐ Itajaí destaca-se principalmente como polo de tecnologia da informação, sendo esse setor o fator exclusivo de sua posição econômica no estado.

17. O planejamento territorial urbano de municípios com mais de vinte mil habitantes é disciplinado pelo Estatuto da Cidade.

No contexto municipal, assinale a alternativa que identifica **corretamente** o principal instrumento de ordenamento urbano e sua função.

- a. ☒ O Plano Diretor Municipal, que orienta o ordenamento territorial, o uso e a ocupação do solo, e as diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável.
- b. ☐ O Plano Estadual de Zoneamento Urbano, aprovado pelo Governo do Estado e aplicado diretamente aos bairros municipais.
- c. ☐ O Código Penal Urbano, que define crimes de uso irregular do solo e substitui a legislação urbanística local.
- d. ☐ O Plano Federal de Obras Municipais, elaborado pela União para determinar a expansão urbana de cada município.
- e. ☐ O Regimento Interno da Prefeitura, que estabelece as regras de parcelamento do solo e substitui o Plano Diretor.

18. Itajaí ganhou projeção internacional ao sediar etapas de uma importante competição náutica oceânica, com impactos turísticos, culturais e econômicos para o município.

Assinale a alternativa **correta** em relação ao tema.

- a. ☐ A Copa América de Vela, competição disputada em circuitos fechados de baía, transferiu sua sede permanente para Itajaí desde 2012.
- b. ☐ O Rally Dakar Náutico, prova de embarcações costeiras organizada anualmente no litoral catarinense, tem largada oficial em Itajaí.
- c. ☐ O Campeonato Mundial de Motonáutica de Água Doce ocorre no rio Itajaí-Açu e substituiu os eventos internacionais de vela oceânica.
- d. ☐ A Regata Brasileira de Cabotagem Escolar, organizada por instituições de ensino, é o principal evento náutico internacional sediado pelo município.
- e. ☒ The Ocean Race, regata oceânica de volta ao mundo, teve Itajaí como cidade-sede de etapa, atraindo equipes internacionais e fortalecendo o turismo náutico.

Raciocínio Lógico/ Análise de Dados

7 questões

19. Em uma autarquia municipal, o Índice de Atendimento (IA) e o Índice de Reclamações (IR) no Ano 1 eram, respectivamente, 100 e 150.

- Do Ano 1 para o Ano 2, o IA aumentou 30% e o IR caiu 10%.
- Do Ano 2 para o Ano 3, o IA recuou 20% e o IR subiu 30%.

Comparando o Ano 3 com o Ano 1, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ O IA diminuiu 4%, o IR aumentou 17% e a razão IA/IR aumentou.
- b. ☐ O IA aumentou 4%, o IR aumentou 17% e a razão IA/IR aumentou.
- c. ☒ O IA aumentou 4%, o IR aumentou 17% e a razão IA/IR diminuiu.
- d. ☐ O IA aumentou 4%, o IR diminuiu 17% e a razão IA/IR permaneceu constante.
- e. ☐ O IA e o IR retornaram aos valores do Ano 1 e a razão IA/IR não se alterou.

20. Para reduzir a fila de exames, um município avalia dois mutirões:

- **Cenário X:** custo de R\$ 100.000,00 mais R\$ 5,00 por exame que exceder 4.000 unidades; atende 5.000 exames no total.
- **Cenário Y:** custo fixo de R\$ 120.000,00, com desconto de 10% sobre esse custo fixo se a meta de 5.000 exames for superada; atende 6.000 exames no total.

Considerando exclusivamente o critério de menor custo médio por exame, o gestor deve escolher o:

- a. ☒ Cenário Y, cujo custo médio é de R\$ 18,00.
- b. ☐ Cenário X, cujo custo médio é de R\$ 20,00.
- c. ☐ Cenário X, pelo menor custo total absoluto de R\$ 100.000,00.
- d. ☐ Cenário X, por apresentar o menor custo total absoluto.
- e. ☐ Cenário X ou Y, pois ambos geram o mesmo impacto orçamentário unitário.

21. Considere a seguinte proposição:

“Se o relatório é aprovado e o orçamento está disponível, então a verba é liberada”.

Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente a essa.

- a. ☐ O relatório não é aprovado e o orçamento não está disponível, ou a verba é liberada.
- b. ☐ O relatório é aprovado e o orçamento está disponível, ou a verba é liberada.
- c. ☒ Se a verba não é liberada, então o relatório não é aprovado ou o orçamento não está disponível.
- d. ☐ Se a verba é liberada, então o relatório é aprovado e o orçamento está disponível.
- e. ☐ Se o relatório não é aprovado ou o orçamento não está disponível, então a verba não é liberada.

22. Em uma secretaria municipal, sobre a tramitação dos processos X, Y e Z, constatou-se que:

- se o processo X é arquivado, então o processo Y também é arquivado;
- o processo Z é arquivado se, e somente se, o processo X não é arquivado.

Sabendo-se que o processo Y não foi arquivado, é **correto** concluir dedutivamente que:

- a. ☐ X foi arquivado, mas Z não foi.
- b. ☐ X foi arquivado e Z também foi.
- c. ☐ X não foi arquivado e Z não foi arquivado.
- d. ☐ Y não foi arquivado e Z também não foi.
- e. ☒ Z foi arquivado, mas X não foi.

23. Uma comissão de sindicância de uma prefeitura deve ser formada por exatamente 4 membros, escolhidos entre 5 administradores e 4 contadores.

Sabe-se que a comissão deve conter pelo menos 1 administrador e 1 contador e que, em razão de conflito de interesses, o administrador João e o contador Mário não podem integrar juntos a comissão.

O número total de maneiras distintas de formar essa comissão é:

- a. ☐ 78
- b. ☒ 99
- c. ☐ 105
- d. ☐ 120
- e. ☐ 126

24. Em uma repartição pública, a razão entre o número de processos arquivados e o número de processos ativos era de 3 para 5.

Após uma auditoria, 20% dos processos ativos foram reclassificados como arquivados. Em seguida, 10% do total de processos então arquivados foram definitivamente encerrados, baixados do sistema e deixaram de ser computados como processos arquivados.

A nova razão entre o número de processos arquivados e o número de processos ativos nessa repartição é:

- a. ☐ 2 para 3
- b. ☐ 3 para 4
- c. ☐ 4 para 5
- d. ☐ 7 para 8
- e. ☒ 9 para 10

25. Em um município, o orçamento total de R\$ 1.200.000,00 foi dividido entre as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social.

Sabe-se que a dotação da Saúde corresponde a $\frac{2}{3}$ da dotação da Educação, e a dotação da Assistência Social é igual a 25% da soma das dotações das outras duas secretarias.

A Saúde gastou 85% de sua dotação, a Educação gastou 70% da sua e a Assistência Social gastou 60% da sua.

O valor total não utilizado pelas três secretarias juntas foi de:

- a. ☐ R\$ 268.800,00
- b. ☐ R\$ 288.000,00
- c. ☒ R\$ 326.400,00
- d. ☐ R\$ 336.000,00
- e. ☐ R\$ 345.600,00

Matemática Financeira

7 questões

26. Um analista financeiro de uma prefeitura estuda dois regimes de capitalização para um mesmo capital inicial.

O regime de juros compostos, com capitalização anual a uma taxa de 10% ao ano, gerou, ao final de três anos, um montante que superou em R\$ 620,00 o montante que seria obtido se o capital fosse aplicado sob o regime de juros simples, à mesma taxa anual e pelo mesmo prazo.

O valor do capital inicial avaliado pelo analista é:

- a. ☐ R\$ 10.000,00
- b. ☐ R\$ 15.000,00
- c. ☒ R\$ 20.000,00
- d. ☐ R\$ 25.000,00
- e. ☐ R\$ 30.000,00

27. Para avaliar os efeitos de um investimento em modernização do atendimento ao cidadão, uma prefeitura municipal verificou que o tempo médio de espera em uma de suas secretarias foi reduzido de 40 minutos para 24 minutos. Em paralelo, a otimização dos fluxos de trabalho permitiu que a capacidade diária de atendimentos aumentasse em exatamente 15%.

Considerando os dados econômicos e operacionais apresentados, a variação percentual do tempo médio de espera e a razão proporcional entre a nova capacidade de atendimento e a antiga são, respectivamente:

- a. ☐ Redução de 16% e 0,85.
- b. ☐ Redução de 16% e 1,15.
- c. ☐ Redução de 40% e 0,85.
- d. ☒ Redução de 40% e 1,15.
- e. ☐ Redução de 60% e 1,15.

28. Um município planeja renovar sua frota administrativa e avalia duas formas alternativas de pagamento, considerando uma taxa mínima de atratividade de 10% ao ano.

A primeira opção consiste em um pagamento único de R\$ 121.000,00 ao final do segundo ano.

A segunda opção prevê um pagamento imediato, no ato da assinatura, de R\$ 40.000,00, seguido de um pagamento de valor X ao final do primeiro ano.

Considerando o conceito de equivalência de capitais sob o regime de juros compostos, o valor de X que torna as duas opções financeiramente indiferentes para a administração pública é:

- a. ☐ R\$ 60.000,00
- b. ☒ R\$ 66.000,00
- c. ☐ R\$ 70.000,00
- d. ☐ R\$ 72.600,00
- e. ☐ R\$ 81.000,00

29. Um gestor municipal precisa avaliar a viabilidade de substituir a iluminação pública convencional por tecnologia LED em uma avenida.

O investimento inicial exigido é de R\$ 100.000,00 (no ano 0). Essa alteração gerará uma economia de custos de manutenção e energia (receita líquida estimada) de R\$ 60.000,00 ao final do primeiro ano e de R\$ 55.000,00 ao final do segundo ano. Após o segundo ano, o sistema precisará ser atualizado e não gerará fluxos residuais.

Considerando os conceitos de análise de custos e avaliação de cenários no setor público, a Taxa Interna de Retorno (TIR) anual desse projeto de investimento é de:

- a. ☐ 3%
- b. ☐ 5%
- c. ☐ 8%
- d. ☒ 10%
- e. ☐ 12%

30. Para financiar a aquisição de novos equipamentos de informática, uma secretaria municipal obteve um empréstimo de R\$ 60.000,00, que será pago em 3 parcelas mensais e consecutivas, sem prazo de carência, utilizando o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price).

Sabendo que a taxa de juros nominal contratada é de 24% ao ano com capitalização mensal e considerando, para fins de cálculo, que o valor da prestação mensal fixa é de R\$ 20.801,98, o valor aproximado correspondente aos juros contidos na segunda prestação é de:

- a. ☐ R\$ 416,04
- b. ☐ R\$ 607,96
- c. ☒ R\$ 807,96
- d. ☐ R\$ 1.000,00
- e. ☐ R\$ 1.200,00

31. Para otimizar o orçamento municipal, uma autarquia avalia um projeto de eficiência energética com investimento inicial de R\$ 80.000,00, no ano 0.

O projeto gerará uma economia de custos, considerada como fluxo de caixa líquido positivo, de R\$ 44.000,00 ao final do primeiro ano e de R\$ 48.400,00 ao final do segundo ano.

Sabendo que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) do município é de 10% ao ano, e considerando exclusivamente o critério do Valor Presente Líquido (VPL), o VPL do projeto e a respectiva decisão econômico-financeira são:

- a. ☒ R\$ 0,00; o projeto é indiferente, pois recupera exatamente o custo do capital.
- b. ☐ R\$ 4.000,00; o projeto é viável, pois o retorno nominal supera o investimento.
- c. ☐ R\$ 8.400,00; o projeto é inviável, pois não atinge o percentual mínimo da TMA.
- d. ☐ R\$ 12.400,00; o projeto é viável, pois o VPL é superior a zero.
- e. ☐ R\$ 12.400,00; o projeto é inviável, pois o VPL deveria ser igual à TMA.

32. Para quitar antecipadamente uma despesa contratual vinculada a obras de saneamento, a tesouraria de um município propôs o pagamento antecipado de um título cujo valor nominal, no vencimento, é de R\$ 145.200,00. O vencimento original do título ocorreria em exatamente 2 meses.

Considerando que a operação adota o regime de capitalização composta e o conceito de desconto composto racional, também chamado de desconto por dentro, sob uma taxa de juros de 10% ao mês, o valor do desconto obtido pelo município é de:

- a. ☐ R\$ 20.000,00
- b. ☐ R\$ 21.800,00
- c. ☐ R\$ 24.200,00
- d. ☒ R\$ 25.200,00
- e. ☐ R\$ 29.040,00

Competência Digital

8 questões

33. A implementação de serviços públicos digitais exige a compreensão de diversos conceitos previstos na Lei de Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).

Relacione os conceitos da Coluna 1 com suas respectivas definições na Coluna 2.

Coluna 1 Conceitos

1. Interoperabilidade
2. Dados abertos
3. Governo como plataforma
4. Assinatura eletrônica

Coluna 2 Definições

- () Dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta.
- () Infraestrutura tecnológica que facilita a criação de produtos e serviços públicos digitais por entes públicos e privados a partir da disponibilização de dados e serviços da administração pública.
- () Dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar.
- () Capacidade de sistemas e organizações operarem de forma integrada e articulada, com o objetivo de alcançar resultados mutuamente benéficos.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ 1 • 4 • 3 • 2
- b. ☒ 2 • 3 • 4 • 1
- c. ☐ 2 • 4 • 3 • 1
- d. ☐ 3 • 1 • 2 • 4
- e. ☐ 4 • 2 • 1 • 3

34. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 – LAI) estabelece diretrizes para a transparência na Administração Pública.

Relacione os conceitos da LAI na Coluna 1 com suas respectivas características na Coluna 2.

Coluna 1 Conceitos

1. Transparência Ativa
2. Transparência Passiva
3. Informação Sigilosa
4. Informação Pessoal

Coluna 2 Características

- () Informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- () Divulgação de informações de interesse geral ou coletivo pelos órgãos públicos, de forma espontânea e proativa, independentemente de requerimentos.
- () Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, cujo tratamento deve respeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem.
- () Atendimento a solicitações de informações realizadas pela sociedade, mediante requerimento apresentado aos órgãos e entidades públicas.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ 1 • 2 • 3 • 4
- b. ☐ 2 • 4 • 1 • 3
- c. ☒ 3 • 1 • 4 • 2
- d. ☐ 3 • 4 • 1 • 2
- e. ☐ 4 • 3 • 2 • 1

35. A análise de dados envolve o uso de diferentes funções matemáticas, lógicas e estatísticas em planilhas eletrônicas.

Relacione as funções comuns de planilhas na Coluna 1 com suas respectivas finalidades na Coluna 2.

Coluna 1 Funções

1. SOMA (SUM)
2. MÉDIA (AVERAGE)
3. PROCV (VLOOKUP)
4. SE (IF)

Coluna 2 Finalidades

- () Retorna a média aritmética dos argumentos especificados em um intervalo de células.
- () Adiciona todos os números especificados como argumentos em um intervalo de células.
- () Executa um teste lógico e retorna um valor se o resultado for verdadeiro e outro se for falso.
- () Procura um valor na primeira coluna à esquerda de uma tabela e retorna um valor na mesma linha de uma coluna especificada.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ 1 • 3 • 2 • 4
- b. ☒ 2 • 1 • 4 • 3
- c. ☐ 2 • 4 • 1 • 3
- d. ☐ 3 • 4 • 1 • 2
- e. ☐ 4 • 2 • 3 • 1

36. A segurança da informação baseia-se em princípios fundamentais para garantir a proteção dos dados.

Analise as afirmativas abaixo sobre os mecanismos de segurança e os princípios de confiabilidade, integridade e disponibilidade.

1. A criptografia é um mecanismo que garante a confidencialidade, transformando informações legíveis em um formato ininteligível para usuários não autorizados.
2. A assinatura digital é utilizada para garantir a integridade e a autenticidade de um documento, assegurando que ele não foi alterado e confirmando a identidade do signatário.
3. A disponibilidade da informação pode ser comprometida pela adoção de mecanismos de autenticação excessivamente restritivos, razão pela qual sistemas críticos normalmente dispensam autenticação em situações de alta demanda.
4. O controle de acesso tem como principal finalidade registrar todas as alterações realizadas em um sistema, sendo a restrição de permissões uma função exclusiva dos mecanismos de auditoria.
5. O princípio da integridade assegura que a informação seja mantida exata e completa, protegendo-a contra modificações acidentais ou maliciosas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 5.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

37. Os mecanismos de segurança da informação são essenciais para proteger os dados no ambiente digital.

Relacione os conceitos de segurança na Coluna 1 com suas respectivas definições na Coluna 2.

Coluna 1 Conceitos

1. Autenticação
2. Criptografia
3. Backup
4. Firewall

Coluna 2 Definições

- () Processo de conversão de dados legíveis em um formato codificado, que só pode ser lido ou processado após ser decodificado com uma chave específica.
- () Sistema de segurança de rede que monitora e controla o tráfego de entrada e saída com base em regras de segurança predeterminadas.
- () Processo de verificação da identidade de um usuário, dispositivo ou sistema, geralmente realizado por meio de senhas, biometria ou tokens.
- () Cópia de segurança de dados ou sistemas, criada com o objetivo de permitir a recuperação das informações em caso de perda, corrupção ou exclusão acidental.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ 1 • 3 • 2 • 4
- b. ☐ 2 • 1 • 3 • 4
- c. ☒ 2 • 4 • 1 • 3
- d. ☐ 3 • 1 • 4 • 2
- e. ☐ 4 • 2 • 3 • 1

38. O uso ético e responsável da tecnologia é fundamental no serviço público.

Analise as afirmativas abaixo sobre comportamento digital e integridade no uso de sistemas.

1. Em situações excepcionais, como férias ou afastamentos programados, o compartilhamento temporário de credenciais de acesso entre servidores pode ser adotado para assegurar a continuidade dos serviços, desde que haja autorização da chefia imediata.
2. A utilização de equipamentos e redes corporativas para acessar, armazenar ou disseminar conteúdo impróprio ou ilegal constitui violação ética e pode acarretar sanções disciplinares.
3. O servidor público deve utilizar os sistemas de informação exclusivamente para o desempenho de suas atribuições legais, abstendo-se de acessá-los para fins particulares.
4. Dados pessoais obtidos em sistemas institucionais podem ser utilizados para atividades de ensino ou pesquisa, desde que não haja divulgação pública das informações coletadas.
5. A responsabilidade no tratamento de informações inclui o dever de bloquear a estação de trabalho ao se ausentar temporariamente da mesa, prevenindo acessos indevidos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.
- d. ☒ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

39. A prestação de serviços digitais visa melhorar o atendimento ao cidadão.

Analise as afirmativas abaixo sobre a utilização de plataformas digitais no setor público.

1. A digitalização de serviços públicos tem como um de seus objetivos reduzir as filas de atendimento presencial e os custos operacionais para a Administração Pública.
2. Os portais de serviços digitais devem observar as regras de acessibilidade, garantindo que pessoas com deficiência possam utilizar as plataformas de forma autônoma.
3. A disponibilização de serviços em meio digital permite que o órgão público substitua integralmente os canais presenciais de atendimento, desde que as funcionalidades oferecidas na plataforma eletrônica sejam equivalentes.
4. A carta de serviços ao usuário, quando disponibilizada em portal digital, deve trazer informações claras sobre os requisitos, documentos e formas de prestação do serviço.
5. A adoção de plataformas digitais em órgãos públicos reduz significativamente os riscos relacionados à segurança da informação, tornando dispensável a implementação de controles adicionais quando o acesso é realizado por autenticação do usuário.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

40. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) introduziu a figura do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

No contexto da Administração Pública, assinale a alternativa que descreve **corretamente** uma das atribuições desse profissional.

- a. ☐ Definir, de forma autônoma, as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais realizados pelo órgão público.
- b. ☐ Autorizar o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos, independentemente da existência de base legal ou da finalidade do tratamento.
- c. ☐ Aplicar sanções administrativas aos servidores que descumprirem a LGPD, independentemente da instauração de processo administrativo disciplinar.
- d. ☐ Elaborar e executar, de forma exclusiva, todos os controles técnicos de segurança da informação, incluindo criptografia, backups e administração de redes.
- e. ☒ Aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências relativas ao tratamento de dados pessoais.

Administração Pública e Gestão de Políticas Públicas

10 questões

41. A implementação é o estágio em que os governos colocam as decisões de política pública em prática.

Sobre a abordagem de análise de implementação conhecida como *bottom-up*, é **correto** afirmar que ela:

- a. ☐ sustenta que a execução deve seguir estritamente os objetivos definidos pelos formuladores de decisão no topo da hierarquia.
- b. ☒ enfatiza o comportamento adaptativo dos burocratas da linha de frente como fator determinante para o sucesso da política.
- c. ☐ pressupõe que o sucesso da política depende da clareza técnica dos comandos e da centralização da autoridade.
- d. ☐ prioriza o comando e controle para reduzir a autonomia dos funcionários operacionais e evitar falhas de conformidade.
- e. ☐ trata a execução como processo técnico e linear, onde a discricionariedade dos agentes locais precisa ser formalmente neutralizada.

42. Ao coordenar a execução de uma obra pública, um gestor público municipal recusa-se a imprimir seu nome ou fotografia em placas informativas de divulgação oficial, sob o fundamento de que os atos e obras realizados pela Administração não devem ser atribuídos à pessoa física do agente, mas sim ao órgão ou entidade pública.

Com base na doutrina administrativa, essa postura respeita diretamente o princípio da:

- a. ☐ Eficiência.
- b. ☐ Legalidade.
- c. ☐ Moralidade.
- d. ☐ Publicidade.
- e. ☒ Impessoalidade.

43. Uma prefeitura necessita contratar serviços de manutenção preventiva para sua frota de caminhões coletores de lixo. Após a realização da pesquisa de preços, o setor de compras verificou que o valor total estimado para a contratação é de R\$ 90.000,00.

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, sobre o procedimento adequado para essa demanda, é **correto** afirmar que:

- a. ☒ a licitação é dispensável, pois o valor estimado é inferior ao limite de R\$ 100.000,00 para serviços de manutenção de veículos automotores.
- b. ☐ a licitação é obrigatória na modalidade concorrência, visto que o serviço de manutenção de frotas não admite a contratação direta por valor.
- c. ☐ o processo exige obrigatoriamente a modalidade leilão, por se tratar de intervenção em bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal.
- d. ☐ a contratação deve ocorrer por inexigibilidade de licitação, uma vez que serviços de manutenção veicular são considerados de notória especialização.
- e. ☐ o gestor deve utilizar a modalidade diálogo competitivo para que as empresas interessadas apresentem soluções técnicas antes da proposta de preço.

44. Um cidadão solicita a uma secretaria municipal acesso a documentos sobre gastos com publicidade institucional. O servidor responsável condiciona a entrega dos dados à apresentação de uma justificativa por escrito que fundamente o interesse pessoal ou público do requerente na obtenção dessas informações específicas.

Segundo a Lei nº 12.527/2011, sobre essa conduta, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ o órgão público deve obrigatoriamente exigir a motivação do pedido para garantir a segurança e a proteção da informação.
- b. ☐ o fornecimento da informação é condicionado à comprovação de que o requerente não possui vínculo com partidos políticos.
- c. ☐ a administração possui poder discricionário para negar o acesso caso o cidadão não demonstre residência fixa no município.
- d. ☒ são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- e. ☐ o pedido de acesso deve ser indeferido se o requerente não indicar a finalidade científica ou acadêmica da consulta.

45. Uma autarquia estadual iniciou seu planejamento estratégico. Na fase de diagnóstico, utilizou a matriz SWOT e identificou a “falta de treinamento dos servidores” e a “instabilidade econômica nacional”.

De acordo com os princípios do planejamento estratégico, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ ambos os fatores são variáveis externas, pois a economia e a capacitação técnica dependem de decisões alheias à autarquia.
- b. ☐ ameaças externas são variáveis controláveis, permitindo ao gestor neutralizar riscos através de imediatas alterações administrativas.
- c. ☐ a falta de treinamento é uma ameaça externa, enquanto a instabilidade econômica configura uma fraqueza organizacional interna.
- d. ☐ os pontos fortes e as fraquezas são elementos externos incontroláveis que agem diretamente sobre os valores organizacionais.
- e. ☒ a falta de treinamento é variável interna e controlável, e a instabilidade econômica é externa e incontrolável.

46. Um analista de políticas públicas deve propor uma metodologia para enfrentar a crise habitacional em um grande centro urbano. O problema é caracterizado por alta complexidade, ambiguidade de causas e forte necessidade de legitimação social, embora não haja urgência extrema.

A respeito das abordagens para análise de problemas, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ o modelo racionalista deve ser adotado, visto que a questão habitacional é um tema altamente técnico.
- b. ☐ a urgência moderada impõe o uso de ferramentas econométricas, típicas da vertente positivista de análise de problemas e soluções.
- c. ☐ a habilidade técnica do analista torna a consulta aos diversos atores desnecessária, pois se trata de um problema estruturado.
- d. ☐ a busca por eficiência orçamentária justifica o isolamento técnico do analista, visando evitar conflitos de interesse entre as coalizões locais.
- e. ☒ a abordagem argumentativa é preferível, pois é mais apta a lidar com problemas desestruturados e que exigem a construção coletiva de consensos.

47. Uma prefeitura cria um conselho gestor para habitação, integrando governo, movimentos sociais e empresas. O objetivo é superar o isolamento burocrático, fortalecer a legitimidade das decisões e estabelecer parcerias.

Com base no modelo da governança pública, é **correto** afirmar que esse arranjo:

- a. ☐ reafirma o papel do Estado ativo como provedor e núcleo da formulação e implementação de políticas públicas.
- b. ☐ fundamenta-se na lógica da concorrência de mercado, visando a transferência das responsabilidades estatais para o setor privado.
- c. ☐ prioriza a hierarquia burocrática tradicional, em que a racionalidade processual é o principal critério de legitimidade.
- d. ☒ constitui um modelo de rede que articula múltiplos atores, pautando-se nas lógicas de comunicação, confiança e cooperação.
- e. ☐ restringe a gestão à dimensão administrativa, excluindo a participação da sociedade civil dos processos deliberativos do Estado.

48. Uma secretaria estadual executa há três anos um programa de segurança alimentar e nutricional. O gestor necessita agora de uma análise técnica que verifique se uma das ações específicas é a causa direta da redução dos índices de desnutrição crônica na população atendida, isolando esse efeito de outros fatores externos que possam ter influenciado o cenário.

A abordagem avaliativa **correta** para essa necessidade é a:

- a. ☒ Avaliação de impacto.
- b. ☐ Avaliação de desenho.
- c. ☐ Avaliação de resultados.
- d. ☐ Avaliação de governança.
- e. ☐ Avaliação de implementação.

49. Um servidor público municipal, no exercício de suas competências, toma uma decisão administrativa baseada em uma interpretação da lei fundamentada em jurisprudência, embora o tema não esteja pacificado nos tribunais. Posteriormente, o órgão de controle questiona a legalidade do ato, alegando que a interpretação adotada foi equivocada e gerou prejuízo à eficiência do setor.

Com base na Lei nº 8.429/1992, sobre essa situação, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ o servidor responderá por improbidade administrativa na modalidade culposa, visto que a negligência na interpretação da lei é suficiente para a condenação.
- b. ☒ a ação não configura improbidade administrativa, pois a conduta decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, afasta a tipificação do ilícito.
- c. ☐ o ato caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública pela simples voluntariedade do agente, independentemente de dolo.
- d. ☐ a responsabilidade do servidor é presumida, sendo desnecessária a comprovação da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei.
- e. ☐ a divergência interpretativa só afasta a improbidade se a jurisprudência utilizada como base para a decisão for pacificada e sumulada pelos tribunais superiores.

50. Uma secretaria de saúde implementou um programa de vacinação domiciliar. Para monitorar o desempenho da ação, a equipe de gestão definiu que o indicador “custo unitário por pessoa vacinada” deve ser acompanhado mensalmente.

Esse indicador mensura **corretamente** a:

- a. ☒ eficiência, pois avalia se os recursos utilizados para gerar o produto estão sendo otimizados.
- b. ☐ efetividade, uma vez que comprova se a missão institucional de saúde foi integralmente cumprida.
- c. ☐ eficácia, visto que verifica apenas se a meta de entrega das vacinas foi realizada no prazo fixado.
- d. ☐ economicidade, pois atesta se os insumos necessários ao programa de vacinação domiciliar foram adquiridos pelos preços mais vantajosos praticados no mercado.
- e. ☐ dimensão de insumos, por tratar exclusivamente da qualificação dos recursos humanos mobilizados.

Conhecimentos Específicos

50 questões

51. Durante a análise de um projeto arquitetônico para construção de uma unidade básica de saúde, o arquiteto da Prefeitura verificou que o memorial descritivo especifica esquadrias de alumínio com pintura eletrostática, enquanto as pranchas arquitetônicas indicam esquadrias de PVC nos mesmos ambientes.

Considerando as boas práticas de elaboração e análise de projetos, a providência **correta** é:

- a. ☐ Considerar automaticamente válidas as informações constantes nas pranchas arquitetônicas, independentemente do conteúdo do memorial descritivo.
- b. ☐ Aprovar o projeto, registrando a divergência para que a definição do material ocorra durante a execução da obra.
- c. ☐ Adotar o material de menor custo como referência técnica, desde que não haja alteração da volumetria da edificação.
- d. ☒ Solicitar a compatibilização da documentação técnica, promovendo a correção da divergência entre memorial descritivo e representação gráfica antes da aprovação do projeto.
- e. ☐ Desconsiderar o memorial descritivo, por possuir caráter exclusivamente informativo.

52. Durante a análise de um pedido de licenciamento para construção de uma edificação de uso comercial, o setor técnico municipal constatou que o projeto arquitetônico atende aos parâmetros urbanísticos previstos na legislação, porém foi protocolado sem documento comprobatório da responsabilidade técnica do profissional habilitado.

Nessa situação, a conduta administrativa **correta** é:

- a. ☐ Prosseguir normalmente com a análise do projeto, exigindo a regularização documental apenas antes da emissão do habite-se.
- b. ☐ Indeferir definitivamente o pedido de licenciamento, impedindo nova solicitação para o mesmo empreendimento.
- c. ☐ Autorizar provisoriamente o início da obra até que a documentação seja posteriormente apresentada.
- d. ☐ Substituir a comprovação de responsabilidade técnica por declaração assinada pelo proprietário do imóvel.
- e. ☒ Determinar a complementação da documentação exigida para prosseguimento da análise, uma vez que a comprovação da responsabilidade técnica integra o processo de licenciamento.

53. Em procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), o Município analisa um núcleo urbano informal consolidado e busca definir medidas para sua incorporação ao ordenamento territorial.

Nos termos da Lei nº 13.465/2017, a REURB caracteriza-se por:

- a. ☐ Substituir o licenciamento urbanístico municipal por declaração do ocupante quanto ao tempo de permanência no imóvel.
- b. ☐ Transferir ao cartório de registro de imóveis a definição dos parâmetros urbanísticos aplicáveis ao núcleo regularizado.
- c. ☒ Reunir medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à regularização de núcleos urbanos informais e à titulação de seus ocupantes.
- d. ☐ Condicionar a regularização à demolição prévia das edificações existentes no núcleo urbano informal consolidado.
- e. ☐ Autorizar a regularização fundiária sem análise das condições ambientais, urbanísticas e sociais da área ocupada.

54. Durante a compatibilização dos projetos de uma escola pública, verificou-se que uma viga estrutural intercepta o espaço previsto para passagem de uma tubulação de esgoto dimensionada no projeto hidrossanitário.

Considerando as boas práticas de coordenação de projetos, a solução **correta** consiste em:

- a. ☐ Alterar o projeto estrutural durante a execução da obra, independentemente da análise do projetista responsável.
- b. ☒ Promover a compatibilização entre os responsáveis técnicos pelas disciplinas envolvidas, avaliando alternativas que preservem a segurança estrutural, a funcionalidade dos sistemas prediais e a conformidade do projeto.
- c. ☐ Executar a tubulação conforme previsto inicialmente, realizando adaptações locais na estrutura durante a obra.
- d. ☐ Manter integralmente o projeto estrutural e eliminar o trecho da tubulação afetado, redefinindo posteriormente o sistema hidrossanitário.
- e. ☐ Resolver a interferência exclusivamente durante a fase de execução, dispensando revisão documental dos projetos.

55. Durante fiscalização urbanística, o arquiteto municipal identifica que uma obra ampliou a área construída em relação ao projeto aprovado, ocupando afastamento obrigatório definido pela legislação local.

Diante dessa situação, a providência administrativa **correta** é:

- a. ☐ Orientar o proprietário a corrigir a irregularidade, aguardando a conclusão da obra antes da adoção de medidas administrativas.
- b. ☒ Registrar formalmente a irregularidade, lavrar o auto-administrativo cabível e adotar as medidas previstas na legislação municipal, assegurando ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- c. ☐ Encaminhar o caso ao cartório de registro de imóveis para atualização da matrícula, antes da atuação do órgão municipal competente.
- d. ☐ Autorizar a continuidade da obra até a emissão do habite-se, oportunidade em que será verificada a possibilidade de regularização.
- e. ☐ Delegar ao responsável técnico da obra a definição das medidas administrativas a serem adotadas pelo Município.

56. Durante vistoria em um edifício público com cinco anos de uso, o arquiteto municipal identificou fissuras inclinadas partindo dos cantos inferiores de diversas janelas. Após inspeção preliminar, verificou-se que as aberturas apresentam comportamento semelhante em diferentes fachadas.

Considerando os princípios da patologia das edificações, a providência técnica **correta** é:

- a. ☒ Investigar as possíveis causas das manifestações patológicas antes da definição das medidas corretivas, avaliando fatores relacionados ao projeto, à execução, aos materiais e ao comportamento estrutural da edificação.
- b. ☐ Executar imediatamente o fechamento das fissuras com argamassa de reparo, restabelecendo o acabamento das paredes.
- c. ☐ Aplicar revestimento impermeabilizante sobre as fachadas para impedir o reaparecimento das fissuras.
- d. ☐ Recomendar pintura geral da edificação como medida preventiva para reduzir a propagação das manifestações observadas.
- e. ☐ Substituir os caixilhos das janelas por modelos de menor dimensão para reduzir a concentração de tensões.

57. O cadastro técnico municipal constitui importante instrumento de apoio à gestão urbana.

Sua utilização permite ao Município:

- a. ☐ Elaborar projetos arquitetônicos executivos sem necessidade de levantamentos complementares em campo.
- b. ☐ Substituir integralmente os registros mantidos pelo cartório de registro de imóveis.
- c. ☐ Definir automaticamente o enquadramento tributário dos imóveis independentemente da legislação municipal.
- d. ☒ Integrar informações territoriais que subsidiem o planejamento urbano, a fiscalização, a gestão da infraestrutura e a atualização dos registros imobiliários.
- e. ☐ Dispensar levantamentos topográficos em processos de parcelamento do solo.

58. Na elaboração de um estudo para definição de áreas prioritárias destinadas à implantação de equipamentos públicos, a equipe técnica do Município utilizou um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para integrar informações sobre densidade populacional, sistema viário, uso do solo e infraestrutura existente.

Nesse contexto, a principal contribuição do SIG consiste em:

- a. ☐ Produzir automaticamente projetos urbanísticos compatibilizados com a legislação municipal.
- b. ☐ Substituir o levantamento cadastral e o trabalho de campo durante a elaboração dos estudos territoriais.
- c. ☒ Relacionar diferentes conjuntos de dados espaciais e temáticos, permitindo análises que apoiem o processo de planejamento e tomada de decisão.
- d. ☐ Converter documentos cartográficos em memoriais descritivos para aprovação administrativa.
- e. ☐ Definir parâmetros urbanísticos diretamente aplicáveis ao licenciamento de edificações.

59. Durante a revisão do Plano Diretor, o Município identificou áreas sujeitas a inundações recorrentes, processos erosivos e ocupação urbana em áreas ambientalmente sensíveis.

Considerando a integração entre planejamento urbano e gestão ambiental, a medida **correta** é:

- a. ☐ Priorizar a ocupação das áreas disponíveis, adotando intervenções corretivas de engenharia após a consolidação urbana.
- b. ☐ Autorizar novos parcelamentos mediante compromisso do empreendedor de executar futuras obras de drenagem.
- c. ☐ Avaliar as condições ambientais da área sem relacioná-las aos parâmetros urbanísticos definidos para o território.
- d. ☐ Definir os parâmetros de ocupação considerando prioritariamente a existência de sistema viário e de infraestrutura urbana.
- e. ☒ Estabelecer diretrizes de uso e ocupação do solo compatíveis com os estudos ambientais e de risco, restringindo ou condicionando a ocupação conforme a segurança da população e a proteção ambiental.

60. Em projetos arquitetônicos voltados à iluminação natural dos ambientes, a definição da dimensão e da posição das aberturas deve considerar principalmente:

- a. ☒ a orientação solar, a profundidade do ambiente e a presença de obstáculos externos que possam interferir na entrada de luz.
- b. ☐ a refletância das superfícies internas e a especificação dos revestimentos de acabamento do ambiente.
- c. ☐ o pé-direito da edificação e a geometria da cobertura adotada no projeto arquitetônico.
- d. ☐ a distribuição dos pontos de iluminação artificial prevista no projeto de instalações elétricas.
- e. ☐ as características dos caixilhos e dos vidros especificados para a fachada.

61. Em edificações multifamiliares, a redução da transmissão de ruídos entre unidades autônomas pode ser obtida principalmente por meio de:

- a. ☐ aumento da área envidraçada nas fachadas voltadas para áreas comuns.
- b. ☒ uso de elementos construtivos com massa adequada e tratamento de juntas e frestas que evitem a passagem de som.
- c. ☐ utilização de pisos cerâmicos sem manta acústica sob o contrapiso.
- d. ☐ eliminação de forros entre pavimentos para reduzir custos.
- e. ☐ ampliação de vãos de portas internas sem vedação complementar.

62. Na elaboração de desenhos técnicos arquitetônicos, a escolha adequada da escala de representação tem como principal objetivo:

- a. ☐ eliminar a necessidade de cotagem nos desenhos técnicos.
- b. ☐ definir o tipo de material construtivo a ser empregado na obra.
- c. ☐ substituir a elaboração do memorial descritivo do projeto.
- d. ☐ determinar exclusivamente o formato de impressão da prancha.
- e. ☒ garantir que o nível de detalhamento gráfico seja compatível com a finalidade do desenho, mantendo a legibilidade das informações representadas.

63. Durante a análise de um projeto habitacional, o arquiteto responsável informou ao contratante que a edificação deverá atender aos requisitos mínimos de desempenho estabelecidos pela ABNT NBR 15575.

Nesse contexto, essa norma estabelece requisitos relacionados ao/à:

- a. ☐ investigação geotécnica do terreno, dimensionamento de fundações e contenções, conforme as condições do subsolo.
- b. ☐ elaboração de orçamentos, cronogramas físico-financeiros e procedimentos para contratação de obras habitacionais.
- c. ☒ desempenho térmico, acústico, lumínico e estrutural, além da vida útil de projeto dos sistemas da edificação.
- d. ☐ definição de parâmetros para parcelamento do solo, sistema viário e implantação urbana de novos loteamentos.
- e. ☐ especificação de revestimentos e acabamentos com base em critérios de composição estética e padronização arquitetônica.

64. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F) em relação aos princípios que orientam a concepção de um projeto arquitetônico.

- () O programa de necessidades reúne as exigências funcionais e os requisitos do usuário que orientam a definição dos espaços do projeto.
- () A análise do entorno e das condicionantes do terreno é dispensável quando o projeto se destina a uso institucional.
- () A definição do partido arquitetônico expressa a ideia central que orienta as principais decisões de organização espacial e formal do projeto.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ V • V • F
- b. ☒ V • F • V
- c. ☐ F • V • V
- d. ☐ F • V • F
- e. ☐ F • F • V

65. A hierarquização do sistema viário urbano, que distingue vias arteriais, coletoras e locais, tem como principal finalidade:

- a. ☒ organizar os fluxos de circulação de acordo com a função e o volume de tráfego de cada via, orientando o planejamento da mobilidade urbana.
- b. ☐ definir exclusivamente os índices de aproveitamento do solo lindeiro às vias.
- c. ☐ estabelecer os valores de IPTU incidentes sobre os lotes urbanos.
- d. ☐ substituir o zoneamento na definição dos usos permitidos no entorno das vias.
- e. ☐ determinar isoladamente a localização dos equipamentos de saúde no município.

66. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F) sobre as áreas de risco no planejamento urbano.

- () Áreas sujeitas a deslizamentos, inundações ou erosão devem ser identificadas e consideradas no ordenamento territorial do município.
- () A ocupação de áreas de risco geotécnico pode ser autorizada livremente, desde que o interessado assine termo de responsabilidade.
- () O mapeamento de áreas de risco subsidia a definição de restrições e diretrizes de ocupação no planejamento urbano.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ V • V • V
- b. ☐ V • V • F
- c. ☒ V • F • V
- d. ☐ F • V • F
- e. ☐ F • F • V

67. A integração entre o planejamento urbano e a gestão ambiental no âmbito municipal tem como um de seus objetivos:

- a. ☐ priorizar exclusivamente a expansão da malha viária, independentemente de impactos ambientais.
- b. ☐ eliminar a exigência de licenciamento ambiental para empreendimentos urbanos.
- c. ☐ restringir a atuação ambiental apenas a áreas rurais do município.
- d. ☒ compatibilizar o crescimento urbano com a preservação de recursos naturais e a manutenção da qualidade ambiental do território.
- e. ☐ desvincular completamente as políticas de saneamento das diretrizes de uso do solo.

68. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instituídas no âmbito do planejamento urbano municipal, têm como finalidade principal:

- a. ☐ restringir exclusivamente atividades comerciais em áreas centrais da cidade.
- b. ☐ ampliar os coeficientes de aproveitamento em áreas de proteção ambiental.
- c. ☐ substituir o zoneamento geral do município nas áreas centrais.
- d. ☐ definir os parâmetros de gabarito para edificações institucionais.
- e. ☒ destinar áreas específicas a parâmetros urbanísticos diferenciados, voltados à promoção de moradia para população de baixa renda e à regularização de assentamentos precários.

69. Durante a análise de um projeto de loteamento, o arquiteto da Prefeitura verificou se a proposta contemplava os elementos mínimos de infraestrutura urbana exigidos pela legislação.

Nesse contexto, a infraestrutura urbana básica compreende, entre outros elementos:

- a. ☐ rede de telefonia, sistema de coleta seletiva de resíduos e mobiliário urbano.
- b. ☒ redes de abastecimento de água e de energia elétrica, sistema de drenagem pluvial e pavimentação das vias de circulação.
- c. ☐ rede de distribuição de gás, sistema semafórico e iluminação ornamental.
- d. ☐ infraestrutura de telecomunicações, paisagem urbano e ciclovias.
- e. ☐ sistema de irrigação, ferrovia urbana e rede de monitoramento por câmeras.

70. Ao analisar um terreno com área de 1.200 m² destinado à implantação de uma edificação, o arquiteto consultou a legislação urbanística municipal para verificar o coeficiente de aproveitamento permitido.

Esse parâmetro corresponde:

- a. ☐ à proporção da área do terreno ocupada pela projeção horizontal da edificação.
- b. ☐ à distância mínima entre a edificação e as divisas do lote.
- c. ☒ à relação entre a área total edificável e a área do terreno, definindo o potencial construtivo admitido para o lote.
- d. ☐ ao percentual mínimo de área permeável que deve ser mantido no lote.
- e. ☐ à largura mínima exigida para a via pública que atende o imóvel.

71. Durante a elaboração do Plano Diretor, a equipe técnica municipal identificou diversos terrenos urbanos dotados de infraestrutura, porém mantidos sem edificação ou utilização por longo período, dificultando o adequado desenvolvimento urbano.

Considerando os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, a atuação do Município em relação a esses imóveis deve buscar:

- a. ☒ promover o adequado aproveitamento do solo urbano, induzindo o cumprimento da função social da propriedade.
- b. ☐ substituir o direito de propriedade pelo interesse coletivo sempre que o imóvel permanecer desocupado.
- c. ☐ autorizar a ocupação do imóvel pelo Poder Público enquanto não houver manifestação do proprietário.
- d. ☐ permitir ao Município alterar o uso do imóvel independentemente da legislação urbanística vigente.
- e. ☐ dispensar o cumprimento dos parâmetros urbanísticos quando o imóvel estiver localizado em área dotada de infraestrutura.

72. Durante a análise de um projeto de loteamento, o arquiteto responsável verificou o atendimento às exigências da Lei nº 6.766/1979 para aprovação do empreendimento.

Nos termos dessa legislação, constitui requisito para a aprovação do loteamento:

- a. ☐ definir a localização das áreas públicas após a conclusão das obras de infraestrutura, desde que mantida a área total prevista no projeto.
- b. ☐ registrar previamente o loteamento no Cartório de Registro de Imóveis antes da aprovação do projeto pelo Município.
- c. ☐ estabelecer os parâmetros urbanísticos do loteamento pelo empreendedor, observadas as características do mercado imobiliário local.
- d. ☒ prever a implantação da infraestrutura básica e a destinação de áreas públicas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e aos espaços livres de uso público.
- e. ☐ executar a comercialização dos lotes antes da conclusão do processo de aprovação municipal, desde que o projeto esteja protocolado.

73. Durante a análise de um pedido de licenciamento para construção de uma edificação, o arquiteto do Município verificou a documentação apresentada pelo interessado.

Para que o projeto possa ser aprovado, entre outros requisitos, é necessário que:

- a. ☐ o projeto arquitetônico esteja compatível com as características do terreno, independentemente da verificação dos parâmetros urbanísticos municipais.
- b. ☐ a documentação seja complementada durante a execução da obra, desde que não haja alteração da área construída.
- c. ☒ o projeto esteja em conformidade com os parâmetros urbanísticos e construtivos estabelecidos pela legislação municipal vigente.
- d. ☐ a definição das soluções arquitetônicas fique a critério do proprietário, desde que sejam observadas as normas de segurança.
- e. ☐ a análise municipal se restrinja aos aspectos construtivos da edificação, sem considerar o uso pretendido para o imóvel.

74. Durante uma fiscalização, o arquiteto do Município constatou que um estabelecimento comercial ocupava parte da calçada com mesas e equipamentos, dificultando a circulação de pedestres.

A análise dessa situação está diretamente relacionada às normas de:

- a. ☐ parcelamento do solo urbano, que regulamentam a criação de novos lotes e o sistema viário.
- b. ☐ registro de imóveis, que disciplinam a transferência da propriedade imobiliária.
- c. ☐ desempenho das edificações habitacionais, estabelecido pelas normas técnicas da ABNT.
- d. ☐ regularização fundiária urbana, aplicável exclusivamente aos núcleos urbanos informais.
- e. ☒ posturas municipais, que disciplinam, entre outros aspectos, a utilização dos espaços públicos e o funcionamento de atividades no Município.

75. Durante a análise de um projeto de uma edificação de uso coletivo, o arquiteto do Município verificou se as soluções adotadas atendiam às exigências de acessibilidade previstas na Lei nº 13.146/2015 e nas normas técnicas aplicáveis.

Nesse contexto, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ a instalação de rampa de acesso na entrada principal é suficiente para caracterizar a edificação como acessível, desde que os demais ambientes mantenham suas características originais.
- b. ☒ a acessibilidade deve possibilitar que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizem, com segurança e autonomia, os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações de uso público ou coletivo.
- c. ☐ as exigências de acessibilidade aplicam-se apenas às áreas de circulação comum, não abrangendo os ambientes destinados ao atendimento do público.
- d. ☐ as adaptações de acessibilidade podem ser substituídas por atendimento assistido sempre que houver disponibilidade de funcionários para auxiliar os usuários.
- e. ☐ a definição das soluções de acessibilidade fica condicionada à conveniência do proprietário, desde que não haja alteração da estrutura da edificação.

76. Em projetos e execução de obras públicas, a aplicação de normas técnicas da ABNT contribui para a definição de critérios de qualidade, segurança e desempenho.

Analise as afirmativas abaixo em relação ao tema.

1. As normas técnicas estabelecem parâmetros de referência para orientar projetos, especificações, execução e avaliação de sistemas construtivos.
2. A elaboração de projetos deve considerar as normas técnicas aplicáveis, especialmente quando indicadas em legislação, contrato, edital ou especificação técnica.
3. A verificação da versão vigente das normas técnicas é medida necessária, pois esses documentos podem ser atualizados periodicamente.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. ☐ É correta apenas a afirmativa 2.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. ☒ São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

77. O licenciamento municipal de atividades, no que se refere a estabelecimentos e usos não residenciais, tem como finalidade principal:

- a. ☐ substituir o licenciamento ambiental estadual em qualquer hipótese.
- b. ☐ dispensar a apresentação de projeto arquitetônico aprovado.
- c. ☐ autorizar automaticamente a ocupação de áreas públicas adjacentes ao estabelecimento.
- d. ☒ verificar a compatibilidade do uso pretendido com o zoneamento e as condições de segurança e funcionamento exigidas pela legislação municipal.
- e. ☐ eliminar a necessidade de alvará de construção para reformas internas.

78. Durante a análise do projeto de uma edificação de uso público, o arquiteto municipal verificou a previsão de vagas destinadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Considerando a Lei nº 13.146/2015 e a ABNT NBR 9050, essas vagas devem:

- a. ☒ estar devidamente sinalizadas, possuir dimensões compatíveis com sua finalidade e localizar-se de forma integrada às rotas acessíveis que conduzem à edificação.
- b. ☐ ser previstas apenas quando o estacionamento possuir mais de cem vagas.
- c. ☐ localizar-se preferencialmente nas áreas de maior circulação de veículos, independentemente da distância até os acessos da edificação.
- d. ☐ possuir as mesmas dimensões das vagas comuns, desde que exista circulação livre de pedestres.
- e. ☐ ser destinadas ao uso de qualquer pessoa quando não estiverem ocupadas por veículo credenciado.

79. Durante a compatibilização entre o projeto arquitetônico e o projeto de prevenção e combate a incêndio, o arquiteto deve verificar, entre outros aspectos:

- a. ☐ a compatibilidade entre o projeto arquitetônico e o projeto paisagístico quanto à escolha das espécies vegetais utilizadas nas áreas externas.
- b. ☐ a definição das soluções estruturais necessárias ao dimensionamento das fundações da edificação.
- c. ☐ a distribuição dos ambientes exclusivamente em função do mobiliário previsto no projeto de interiores.
- d. ☒ a adequação das rotas de fuga, das saídas de emergência e da localização dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio em relação ao layout e ao uso previsto para a edificação.
- e. ☐ a localização dos pontos de iluminação pública no sistema viário do entorno da edificação.

80. Antes do desenvolvimento de um projeto arquitetônico para implantação de uma edificação pública, a equipe técnica realizou um estudo de viabilidade técnica do empreendimento.

Nessa etapa, o estudo tem como finalidade:

- a. ☐ definir todas as soluções executivas que serão adotadas durante a construção da edificação.
- b. ☐ estabelecer o orçamento definitivo da obra, independentemente da conclusão dos projetos complementares.
- c. ☐ substituir a análise da legislação urbanística aplicável ao terreno.
- d. ☐ elaborar o cronograma físico-financeiro definitivo para execução da obra.
- e. ☒ avaliar as condicionantes do terreno, da legislação aplicável e do programa de necessidades, verificando a exequibilidade da proposta antes do desenvolvimento do projeto.

81. Entre as estratégias de sustentabilidade aplicáveis a projetos arquitetônicos, destaca-se:

- a. ☒ o reaproveitamento de águas pluviais e a especificação de materiais de menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida da edificação.
- b. ☐ a ampliação irrestrita da impermeabilização do terreno para facilitar a execução da obra.
- c. ☐ a eliminação de qualquer estudo de insolação na fase de projeto.
- d. ☐ a priorização exclusiva do menor custo inicial de materiais, independentemente da durabilidade.
- e. ☐ a supressão de áreas permeáveis em favor de maior área construída.

82. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e falsas (F) sobre a compatibilização entre o projeto arquitetônico e os projetos estrutural e hidrossanitário.

- () A compatibilização busca identificar previamente interferências entre elementos estruturais, como vigas e pilares, e a distribuição de ambientes prevista no projeto arquitetônico.
- () O traçado das tubulações hidrossanitárias deve ser definido sem qualquer consideração às prumadas e aos *shafts* previstos no projeto arquitetônico.
- () A compatibilização entre disciplinas contribui para reduzir interferências e retrabalhos durante a execução da obra.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. ☐ V • V • F
- b. ☒ V • F • V
- c. ☐ F • V • V
- d. ☐ F • V • F
- e. ☐ F • F • V

83. Na elaboração de projetos paisagísticos integrados a espaços urbanos, deve-se considerar, entre outros aspectos:

- a. ☐ exclusivamente o valor estético das espécies vegetais selecionadas.
- b. ☐ a eliminação de qualquer interferência da vegetação com redes de infraestrutura subterrânea, sem necessidade de estudo prévio.
- c. ☐ apenas o custo de aquisição das mudas a serem plantadas.
- d. ☒ a compatibilidade entre vegetação, mobiliário urbano e infraestrutura existente, de modo a garantir conforto, acessibilidade e manutenção adequada do espaço.
- e. ☐ a definição do projeto estrutural da edificação adjacente.

84. A compatibilização entre o projeto arquitetônico e o projeto elétrico de uma edificação tem como um de seus objetivos:

- a. ☐ definir exclusivamente a tarifa de energia aplicável ao imóvel.
- b. ☐ substituir a necessidade de projeto estrutural da edificação.
- c. ☒ verificar a adequação do posicionamento de quadros, pontos de luz e tomadas à distribuição espacial e ao uso previsto para cada ambiente.
- d. ☐ dispensar a previsão de reserva técnica de espaço para instalações futuras.
- e. ☐ eliminar a necessidade de memorial descritivo das instalações elétricas.

85. No acompanhamento de obras públicas, a medição periódica dos serviços executados tem como finalidade:

- a. ☐ substituir a fiscalização técnica da qualidade dos materiais empregados.
- b. ☐ dispensar a conferência entre o projeto aprovado e a execução realizada.
- c. ☐ definir unilateralmente alterações no escopo contratual sem aditivo.
- d. ☒ verificar e quantificar os serviços efetivamente realizados, subsidiando a liberação de pagamentos conforme o cronograma físico-financeiro contratado.
- e. ☐ eliminar a necessidade de relatório fotográfico da obra.

86. A presença de manchas de umidade e eflorescências em paredes de uma edificação pode indicar, entre outras causas:

- a. ☐ excesso de ventilação cruzada nos ambientes internos.
- b. ☒ infiltração de água por falhas de impermeabilização ou estanqueidade em elementos construtivos.
- c. ☐ uso de tintas com alta refletância solar nas fachadas.
- d. ☐ dimensionamento excessivo das instalações elétricas.
- e. ☐ aplicação de revestimento cerâmico em pisos internos.

87. O exercício do poder de polícia administrativa na fiscalização urbanística municipal permite, entre outras ações:

- a. ☐ a anulação automática do título de propriedade do imóvel irregular.
- b. ☐ a substituição do responsável técnico pela obra, independentemente de processo administrativo.
- c. ☐ a dispensa de qualquer notificação prévia ao responsável pela obra antes da aplicação de sanções.
- d. ☐ a transferência da responsabilidade fiscalizatória ao próprio executor da obra.
- e. ☒ a aplicação de medidas, como notificação, embargo e multa, em obras executadas em desacordo com o projeto aprovado ou com a legislação vigente.

88. Analise o texto abaixo:

O controle de qualidade na execução de obras públicas envolve a verificação de(1)..... empregados, a conferência das etapas executadas em relação ao(2)....., e o registro das não conformidades identificadas.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas numeradas do texto.

- a. ☒ (1) materiais e serviços •
(2) projeto e às especificações técnicas
- b. ☐ (1) equipamentos administrativos •
(2) cronograma de pagamentos
- c. ☐ (1) recursos humanos •
(2) organograma da empresa contratada
- d. ☐ (1) insumos contábeis •
(2) balanço financeiro da obra
- e. ☐ (1) softwares de gestão •
(2) portfólio do projetista

89. As medidas de segurança do trabalho em canteiros de obras têm como objetivo principal:

- a. ☐ reduzir o prazo de execução da obra, independentemente dos riscos envolvidos.
- b. ☐ substituir a necessidade de projeto executivo detalhado.
- c. ☒ prevenir acidentes e proteger a integridade física dos trabalhadores durante a execução dos serviços.
- d. ☐ eliminar a obrigatoriedade de uso de equipamentos de proteção coletiva.
- e. ☐ dispensar a sinalização de áreas de risco no canteiro.

90. O acompanhamento do cronograma físico-financeiro de uma obra pública pelo fiscal tem como finalidade verificar:

- a. ☒ se o ritmo de execução dos serviços está compatível com o planejado, identificando atrasos ou desvios que possam comprometer o prazo contratual.
- b. ☐ exclusivamente o valor total do contrato, sem relação com o andamento físico da obra.
- c. ☐ apenas o número de trabalhadores presentes no canteiro em cada visita.
- d. ☐ unicamente o consumo de energia elétrica registrado na obra.
- e. ☐ somente os aspectos estéticos dos serviços já concluídos.

91. A elaboração do levantamento de quantitativos de uma obra consiste em:

- a. ☐ definir exclusivamente o valor final do contrato de obra.
- b. ☐ substituir a necessidade de projeto executivo detalhado.
- c. ☒ determinar as quantidades de materiais e serviços necessários à execução do projeto, com base nos desenhos e especificações técnicas.
- d. ☐ registrar apenas os custos indiretos da obra.
- e. ☐ estabelecer unicamente o prazo de execução do empreendimento.

92. Na composição de preços unitários de uma obra pública, o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) corresponde a:

- a. ☐ um valor fixo estabelecido para qualquer tipo de obra, independentemente de sua natureza.
- b. ☒ um percentual aplicado sobre o custo direto, destinado a cobrir despesas indiretas, tributos e a margem de lucro do contratado.
- c. ☐ o custo exclusivo de materiais empregados na execução do serviço.
- d. ☐ o valor correspondente à mão de obra direta utilizada na obra.
- e. ☐ o montante destinado unicamente ao pagamento de tributos federais.

93. O cronograma físico-financeiro de uma obra tem como principal função:

- a. ☐ substituir a planilha orçamentária na definição dos custos unitários.
- b. ☐ dispensar o controle de medições durante a execução da obra.
- c. ☐ definir exclusivamente o quadro de pessoal técnico da obra.
- d. ☒ relacionar a execução das etapas da obra ao longo do tempo com os respectivos desembolsos financeiros previstos.
- e. ☐ registrar apenas o valor total do contrato, sem relação com prazos de execução.

94. De acordo com a legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos, o projeto básico de uma obra ou serviço de engenharia deve conter elementos suficientes para:

- a. ☐ dispensar integralmente a elaboração de orçamento detalhado.
- b. ☐ substituir o projeto executivo em qualquer fase da contratação.
- c. ☐ eliminar a necessidade de especificações técnicas dos materiais empregados.
- d. ☐ definir exclusivamente o critério de julgamento das propostas.
- e. ☒ caracterizar a obra ou serviço, possibilitando a estimativa de custos e a definição dos métodos e do prazo de execução.

95. No apoio a processos licitatórios de obras e serviços de arquitetura, cabe ao profissional técnico, entre outras atribuições:

- a. ☐ definir isoladamente o critério de julgamento das propostas, sem participação da comissão de licitação.
- b. ☒ elaborar ou analisar orçamentos, especificações técnicas e demais documentos que subsidiem a definição do objeto a ser licitado.
- c. ☐ substituir a publicação do edital pelos órgãos competentes.
- d. ☐ dispensar a verificação da compatibilidade entre o orçamento estimado e o projeto apresentado.
- e. ☐ eliminar a exigência de pesquisa de preços de mercado para a contratação.

96. O georreferenciamento de um imóvel consiste em:

- a. ☒ determinar suas coordenadas e limites com base em um sistema de referência geodésico, garantindo precisão na localização espacial.
- b. ☐ calcular exclusivamente a área construída da edificação existente no terreno.
- c. ☐ substituir a necessidade de matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.
- d. ☐ dispensar a indicação do sistema de coordenadas utilizado no levantamento.
- e. ☐ definir unicamente o uso permitido para o imóvel conforme o zoneamento.

97. Um laudo técnico elaborado por arquiteto, destinado a subsidiar decisão administrativa sobre as condições de uma edificação, deve:

- a. ☐ limitar-se a opiniões pessoais do profissional, sem necessidade de fundamentação técnica.
- b. ☐ dispensar a identificação do responsável técnico e seu registro profissional.
- c. ☒ apresentar fundamentação técnica clara e objetiva, baseada em vistoria e análise das condições observadas, de modo a respaldar a conclusão apresentada.
- d. ☐ ser elaborado exclusivamente com base em informações fornecidas verbalmente pelo solicitante, sem vistoria local.
- e. ☐ restringir-se a aspectos estéticos da edificação analisada.

98. A atuação do arquiteto no serviço público deve observar os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, entre os quais se destaca:

- a. ☐ a discricionariedade plena, que dispensa qualquer fundamentação técnica das decisões administrativas.
- b. ☐ a prevalência do interesse pessoal do servidor sobre o interesse público nas decisões técnicas.
- c. ☐ a possibilidade de dispensa de motivação em pareceres técnicos emitidos no exercício da função.
- d. ☐ a ausência de necessidade de publicidade dos atos administrativos relacionados a projetos.
- e. ☒ a impessoalidade, que veda tratamento diferenciado entre interessados em situações administrativas semelhantes.

99. A atuação interdisciplinar do arquiteto no serviço público, em conjunto com profissionais de outras áreas técnicas, tem como principal benefício:

- a. ☐ eliminar a necessidade de responsabilidade técnica individual de cada profissional envolvido.
- b. ☐ substituir a atuação de órgãos de fiscalização profissional.
- c. ☐ restringir a participação de especialistas a situações excepcionais.
- d. ☒ ampliar a qualidade da análise técnica de projetos e processos, por meio da integração de diferentes conhecimentos especializados.
- e. ☐ dispensar a comunicação entre as diferentes áreas técnicas envolvidas.

100. Durante a análise de um processo administrativo, o arquiteto responsável pela emissão de parecer técnico deve conduzir sua atuação de forma compatível com os princípios éticos da profissão e da Administração Pública.

Nessa situação, é **correto** afirmar que o profissional deve:

- a. ☒ fundamentar tecnicamente suas conclusões, atuar com imparcialidade e observar o interesse público e a legislação aplicável.
- b. ☐ emitir manifestação conclusiva mesmo quando ainda houver inconsistências técnicas relevantes não esclarecidas no processo.
- c. ☐ adequar suas conclusões às expectativas da autoridade superior sempre que a decisão envolver relevante interesse econômico para o Município.
- d. ☐ restringir a análise aos aspectos indicados pelo interessado, ainda que existam outras irregularidades verificadas durante a instrução do processo.
- e. ☐ desconsiderar inconsistências documentais quando o interessado se comprometer a corrigi-las em etapa posterior.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

UTILIZE A GRADE AO LADO PARA
ANOTAR AS SUAS RESPOSTAS.

NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA!

AO ENTREGAR SUA PROVA, O FISCAL IRÁ
DESTACAR E ENTREGAR ESTA GRADE DE
RESPOSTAS QUE VOCÊ PODERÁ LEVAR
PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.



GRADE DE RESPOSTAS

S1 Arquitecto

1		11		21		31		41	
2		12		22		32		42	
3		13		23		33		43	
4		14		24		34		44	
5		15		25		35		45	
6		16		26		36		46	
7		17		27		37		47	
8		18		28		38		48	
9		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

51		61		71		81		91	
52		62		72		82		92	
53		63		73		83		93	
54		64		74		84		94	
55		65		75		85		95	
56		66		76		86		96	
57		67		77		87		97	
58		68		78		88		98	
59		69		79		89		99	
60		70		80		90		100	



